

Políticas editoriais, políticas públicas: análise de cinco vozes críticas às transformações do campo editorial¹

José de Souza MUNIZ JR.²
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP

Resumo

Este artigo aborda certas transformações na configuração do campo do livro, das práticas editoriais e da formação dos catálogos nas últimas décadas. São analisados, em perspectiva comparada, textos de três autores (Bueno, 2005; Schiffrin, 2006; Colleu, 2007) e documentos de duas entidades (Liga Brasileira de Editoras e Aliança dos Editores Independentes) que criticam os efeitos dessas transformações para a qualidade e diversidade dos livros. O objetivo foi compreender que papéis as políticas editoriais e as políticas públicas assumem, no argumento desses atores sociais, para manter ou transformar esse quadro. Conclui-se que as vozes analisadas, embora concordem quanto às consequências sócio-políticas da financeirização do setor, discordam quanto ao papel do Estado e do mercado na solução desse suposto problema.

Palavras-chave: livros; políticas; representações; qualidade; diversidade.

Edição, capitalismo, globalização

Desde os anos 1970 e mais intensamente a partir dos anos 1980, vários países assistem a um acelerado processo de internacionalização, financeirização e concentração de propriedade em diversos setores econômicos. Tal processo tem transformado os arranjos produtivos locais, inserindo sujeitos e instituições em sistemas globais de trabalho, consumo e geração de capital (HARVEY, 2010). No universo da produção simbólica, e particularmente na edição de livros, não tem sido diferente: fusões, aquisições totais ou parciais, abertura de filiais e sucursais, e parcerias entre locais e estrangeiras tornaram-se frequentes em diversos países. Por um processo de *concentração horizontal*, editoras que antes exerciam concorrência direta tornaram-se partes das mesmas companhias, reduzindo a diversidade de fontes de informação a despeito do aumento do número de obras lançadas. Em alguns casos, de *concentração vertical*, editoras agregam-se a redes de distribuição e livrarias, além de possuir gráficas e outras empresas da cadeia do livro. Há, ainda, companhias que atuam em diversos setores da produção simbólica – jornais, revistas,

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Uma versão modificada deste texto, em inglês, foi apresentada no VII International Conference on Cultural Policy Research (Barcelona, 2012).

² Mestre em Ciências da Comunicação e Bacharel em Comunicação Social/Editoração pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Atualmente cursa o Doutorado em Sociologia, área de Sociologia da Cultura, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), sob orientação do Prof. Dr. Sergio Miceli Pessoa de Barros. Bolsista Capes/Proex. E-mail: jose.muniz@usp.br.

filmes, discos, internet etc. – e em outros setores – de bancos a redes de ensino privado, da telefonia à indústria bélica, para citar exemplos conhecidos de *concentração conglomeral*. Tais estratégias acompanham políticas empresariais de enxugamento das plantas editoriais, terceirização e desregulamentação do trabalho, na medida em que devem conduzir à redução dos custos da produção e ao aumento da produtividade (MUNIZ JR., 2010).

Na América Latina, o ingresso de capitais estrangeiros, favorecido por determinadas políticas econômicas, reconfigurou o espaço ocupado pelas editoras. Empresas estrangeiras de diferentes origens, atraídas pela expansão desses mercados consumidores, vieram para disputar espaço com as já atuantes nos mercados locais ou trataram de fagocitá-las, principalmente em nichos de retorno mais garantido. Algumas das empresas que atuam na região, hoje, figuram entre as maiores editoras do mundo: Planeta, Prisa-Santillana, SM, Cengage Learning, Pearson, MacMillan, Hachette, ReedElsevier, McGraw-Hill etc.³ Destacam-se as de origem espanhola, que dominam nesses países fatias consideráveis de certos segmentos editoriais.

Concomitantemente, as últimas décadas viram surgir muitas editoras pequenas, dedicadas a diversos nichos e públicos. Essa pulverização parece estar relacionada ao fato de que as novas tecnologias facilitaram a produção do livro: um microcomputador e poucos recursos permitem realizar todas as fases da edição até que a publicação esteja pronta para ser impressa. Na crista da mesma onda, cresceram também as atividades de autoedição e de edição paga. Atualmente, com os *e-books*, todas essas possibilidades parecem expandir-se, à medida que a impressão e distribuição física (que geram custos materiais e operacionais impeditivos para empresas pouco capitalizadas) deixam de ser prerrogativas da atividade. Deve-se considerar, todavia, a concorrência exercida pelas grandes editoras e a entrada de novos *players* no mercado: as empresas de tecnologia.

De todo modo, esse duplo processo – concentração/pulverização – faz diversos mercados editoriais nacionais tornarem-se oligopólios *en frange* (cf. MOLLIER, 2011): no centro, pouquíssimas grandes empresas, muitas com participação parcial ou total de capital estrangeiro, dominam nichos rentáveis e privilegiam títulos de retorno imediato; nas bordas, está um enorme número de pequenas/médias empresas, predominantemente de capital nacional, algumas das quais investem em títulos menos “vendáveis”, ou no equilíbrio entre retorno financeiro e retorno simbólico. Tal polarização, pelo menos em seu aspecto econômico, fica patente no caso brasileiro: no último levantamento realizado pela FIPE

³ Para um levantamento detalhado desse cenário, consultar Borges (2010).

(Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), com dados de 2009, o país contava com quase 500 editoras⁴, das quais 16 (3,21%) possuíam faturamento anual acima de 50 milhões de reais, ao passo que 420 delas (84,3%) faturavam até 10 milhões de dólares ao ano.

Deve-se notar, contudo, que essa classificação segundo o faturamento da empresa não deve levar à automática oposição entre os dois polos descritos por Bourdieu (2007): o da *indústria cultural*, que seria composto pelas grandes editoras e conglomerados, e o da *produção erudita*, representado pelas pequenas e médias. Em um e outro caso, tais aspectos se imiscuem, e frequentemente se confundem. É preciso sempre considerar os exemplos mal definidos segundo tais categorias, empresas que não se enquadram nos dois “extremos” ou onde coexistem linhas editoriais díspares. Esclarece Meyer-Dohm: “no estabelecimento de uma tipologia do editor, o fenômeno da identificação com os grupos constitui um princípio que leva em conta diferentes motivações, melhor do que faria um esquema que opõe comércio e cultura” (apud BRAGANÇA, 2001, p. 26). Todavia, há razões para supor que o paralelo grande-industrial X pequeno-artesanal ecoa numa percepção, bastante difundida, de que arte e dinheiro são incompatíveis. A inserção das editoras em conglomerados de mídia, educação e entretenimento vinculados ao capital financeiro é alvo privilegiado de críticas e objeto de intervenção política, como veremos a seguir.

Qualidade e diversidade: três arautos

Aqueles que percebem um caráter problemático no matiz conglomeral, massivo e financeiro assumido pelo mercado editorial estão claramente inclinados a tecer comentários de tom passadista, saudoso do tempo em que supostamente os editores, mais preocupados com a qualidade e diversidade do que publicavam, não se submetiam aos desígnios do capital. Veja-se, por exemplo, a metáfora literária usada por Bueno (2005, p. 355, trad. minha) para referir-se ao mercado editorial espanhol:

Houve um tempo em que os responsáveis pela edição realizavam seu trabalho imbuídos de um inescusável sentido de dever para com o leitor e o autor, consagrados a seu papel de paladinos da cultura. Caminhavam por sua particular Mancha – a do texto impresso –, guarnecidos por uma hoste de fiéis escudeiros e abastecidos de um saber ancestral que lhes permitia sair airosos de qualquer percalço.

Mas chegou um dia em que exércitos de bárbaros mercenários assolaram essa terra rica e fértil, onde se moíam os cereais da cultura, e trocaram os moinhos por gigantes, e os que resistiram ao

⁴ Considera-se, na pesquisa da FIPE, a definição da Unesco: casa que publica pelo menos 5 títulos no ano e produz, no mínimo, 5000 exemplares. Vale notar que esse “recorte” exclui editoras muito pequenas; logo, poder-se-ia supor que essa pulverização do setor é ainda maior.

seu agressivo avanço se tornaram dizimados baluartes de uma missão quixotesca: preservar a arte de difundir o conhecimento e seguir celebrando o culto à beleza e às formas sublimes de representação da palavra...

Na sequência, a autora se desculpa pela retórica e justifica o pessimismo: para ela, os pequenos editores são como Dom Quixote, lutando contra um inimigo invisível e invencível – luta fadada, se não ao fracasso, à inocuidade. Ela dá especial atenção à queda na qualidade da produção de livros, submetida a prazos cada vez mais curtos e a um processo editorial pouco criterioso, realizado por profissionais mal-preparados e sobrecarregados. Concordando-se com Bueno, poder-se-ia dizer que o livro, tal como eletrodomésticos, carros e celulares, está sujeito à *superprodução* e à *obsolescência programada*: para estimular o consumo, as indústrias – incluídas aí as culturais – estariam deliberadamente diminuindo a qualidade dos produtos, de modo que possam ser constantemente substituídos por outros, fazendo a roda do sistema girar:

[...] quando, hoje, os grupos editoriais adquirem selos mais ou menos históricos e colocam em seus cargos executivos pessoas completamente alheias à lógica própria do campo editorial, e exigem delas resultados financeiros anuais mais que saneados – ou obrigam editores veteranos a admitir e aplicar mais ou menos cinicamente, mais ou menos credulamente, mais ou menos decididamente, os critérios de rentabilidade de uma empresa cuja estrutura requer investimentos abundantes e regulares para sobreviver –, seus princípios se desviam e a edição de livros se converte em uma atividade maluca, sem direção certa. (Rodríguez apud BUENO, 2005, p. 364, trad. minha)

Com isso corrobora o francês Gilles Colleu (2007, p. 19), para quem “não se trata tanto de criticar o aspecto comercial da edição do livro, mas de salientar a *deriva financeira* dessa comercialização” (grifo meu). Para o autor, a principal causa da transformação nas políticas editoriais das grandes empresas, que passam a privilegiar títulos de retorno imediato, é a mudança na estrutura do capital: ao deixar de pertencer a uma família ou a um conjunto limitado de sócios e passar a ser dominado por fundos de pensão ou sociedades de investimento, o negócio editorial se descaracterizaria, perdendo os compromissos históricos com a educação e a cultura. Colleu, tal como Bueno, dá destaque à presença de gestores estranhos ao *métier* da edição: estes seriam os agentes concretos de um mundo que equipara bens simbólicos a bens quaisquer, fazendo convergir os modos de gestão das empresas. Outro ponto destacado por Colleu é a internacionalização do mercado editorial, que para ele

reforça o domínio cultural do Ocidente e a hegemonia dos países do Norte sobre os do Sul. Em muitos países, tal dominação desestabilizaria a atuação de editores independentes e comprometeria setores estratégicos, como o de livros didáticos no Brasil, em privilégio de interesses ideológicos e econômicos exógenos.

Embora focado no mercado norte-americano, o testemunho de André Schiffrin aponta para rumos semelhantes. Para ele, “o mercado editorial está velozmente se transformando em uma pequena parcela do conjunto da indústria de comunicações” (2006, p. 20), com todas as consequências que isso possa trazer: prevalência do lucro sobre a qualidade, adoção de padrões da indústria do entretenimento, crença numa democracia do consumo. Para Schiffrin, que viu a própria carreira ser engolida por um grande conglomerado, a concentração editorial representa um perigo político:

[...] se o domínio das ideias ficar nas mãos daqueles que querem ganhar o máximo de dinheiro possível, então o debate que é fundamental para o funcionamento de uma democracia não irá acontecer. Em grande medida, esse silêncio tomou conta de boa parte da vida intelectual norte-americana. (2006, p. 158)

Nisso ele corrobora Colleu (2007, p. 26-28), para quem os fortes laços ideológicos entre os grandes grupos e a direita liberal faz a edição sofrer influências e pressões, e livros de conteúdo crítico acabam por sumir das prateleiras das livrarias. O argumento de ambos é curiosamente semelhante ao do poeta brasileiro Glauco Mattoso. Este argumenta que a censura oficial, vigente no regime militar, perde força com a redemocratização, a partir dos anos 1980, mas é então que “começa a vigorar informalmente uma censura interna nos meios editoriais, em parte por compromissos políticos, em parte por interesses comerciais” (MATTOSO, 2004, p. 56). Embora tratem de realidades sócio-políticas diferentes, todos apontam para as questões da “censura de mercado” e da “autocensura” como novos perigos à liberdade das ideias em regimes democráticos⁵.

Que alternativas Bueno (2005), Colleu (2007) e Schiffrin (2006) propõem para tais problemas? A primeira autora, mais preocupada com a qualidade dos livros do que com sua diversidade estética ou ideológica, vislumbra soluções no âmbito das políticas editoriais mais do que das políticas públicas: às editoras, caberia reverter a precarização dos processos de trabalho; aos organismos representativos, criar e difundir uma norma e um

⁵ A despeito do caráter de novidade conferido ao problema nos depoimentos, algo semelhante, numa realidade anterior ao *boom* dos conglomerados editoriais, é apontado por George Orwell, no prefácio (publicado posteriormente) de *A revolução dos bichos*, lançado em 1945. Para ele, as editoras e os jornais britânicos, mesmo sem sofrer censura do Estado – à época aliado da União Soviética – se recusavam a publicar qualquer material contrário à ditadura stalinista.

selo de qualidade para certificar livros e empresas; ao governo, ela apenas menciona a função de formar bons profissionais, por meio da educação continuada.

Colleu, por sua vez, defende o protagonismo estatal e argumenta que só dispositivos legislativos em favor do livro e da leitura permitiriam a sobrevivência das editoras independentes com bons catálogos. O autor preconiza, nesse sentido, a eliminação de privilégios dados aos grandes conglomerados nas compras governamentais; limitação à concentração de propriedade no setor; respeito à *Convenção para a diversidade das expressões culturais*, da Unesco; formação de profissionais que sejam agentes da bibliodiversidade; isenções fiscais, postais e alfandegárias; apoio estatal para publicar e traduzir; proteção aos direitos do autor; criação de um observatório independente⁶.

Schiffrin, por fim, tende para uma solução de mercado e não de governo, embora vislumbre-a como questão democrática. A panaceia, em seu livro, é a experiência da New Press, editora que ele fundou e cujo funcionamento é financiado por um *pool* de fundações. Segundo o editor, elas não interferem nas escolhas dos títulos, e o interesse delas restringe-se ao debate de ideias que a empresa sem fins lucrativos proporciona. Apenas ligeiramente ele menciona a possibilidade de financiamento público à publicação de livros pelas instituições culturais e acadêmicas geridas com recursos federais, num esquema semelhante ao modelo europeu do fomento ao cinema e às TVs públicas.

Em grande parte, as soluções propostas pelos três relaciona-se ao papel do poder público em seus países (Espanha, França e Estados Unidos, respectivamente). Por outro lado, se os autores supracitados divergem em grande parte nos argumentos, é mais por questão de ênfase: em Bueno, o invisível microcosmo do *editing*; em Colleu e Schiffrin, o portentoso universo do *publishing*. Ao fim e ao cabo, todos desembocam num *leitmotiv* de forte matiz idealista: o mundo da economia (capitalista, financeira, global) estaria engolindo o mundo da cultura, passando pessoas e livros pela mesma máquina de moer, domesticando – quando não aniquilando – seus diversos saberes e sabores.

Esse é, igualmente, o tom de diversas manifestações públicas de pequenas editoras. Algumas, mostrando-se preocupadas com a oligopolização do mercado e com o que consideram consequências nefastas desse processo, começam a forjar e refinar a ideia de “edição independente”, ligada aos ideais de qualidade e diversidade.

⁶ Como se poderá notar adiante, Colleu é dentre esses autores, o que mais se aproxima dos argumentos das associações de editoras independentes, funcionando talvez como porta-voz acadêmico, “intelectual orgânico” dessas entidades. No Brasil, seu livro (que cita explicitamente as associações) foi publicado pela Libre.

Libre e AEI: vozes coletivas do local e do global

Para compreender as práticas e representações da Liga Brasileira de Editoras nos últimos anos, temos de dar inteligibilidade às condições sócio-históricas em que a entidade surge e se desenvolve. Para isso, é necessário recorrer a alguns dados circunstanciados.

Segundo o último censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2010, o país tinha mais de 190 milhões de habitantes – portanto, mais de três vezes a soma populacional de todos os outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁷. Isso confere ao Brasil uma posição pronunciada em seu mercado linguístico. Soma-se a isso o fato de que o Brasil, a despeito de suas taxas ainda insuficientes de escolarização⁸, possui desde a década de 1990 um dos maiores programas públicos de distribuição de livros escolares. No ano de 2010, as compras governamentais de livros para escolas totalizaram US\$ 600 milhões. Naquele ano, o faturamento do subsetor de livros didáticos (incluindo também compras das escolas privadas) respondeu por 46,65% do faturamento total do setor. E a tendência, com o aumento no número de matrículas no ensino fundamental e médio, é que tais montantes fiquem ainda mais atrativos.

A partir dos anos 1990, as cifras gigantes do mercado editorial brasileiro (oitavo maior do mundo na época), aliadas à relativa estabilidade econômica e às políticas de incentivo ao ingresso de capitais estrangeiros, favoreceram a entrada de grandes editoras no país. De modo semelhante ao que ocorreu no México, Argentina e Chile, o Brasil viu seu mercado editorial se transformar radicalmente. Tais países serviram como porta de entrada para muitas empresas que queriam investir na região, agora vista como local de grandes oportunidades, considerando a retomada democrática e as perspectivas de desenvolvimento. Já nos decênios anteriores o Brasil vinha atraindo editoras estrangeiras. Porém, foi nas décadas de 1990 e 2000, dadas as condições supramencionadas, que ocorreram os mais significativos investimentos e o Brasil passou a figurar, para certos grupos, como mercado estratégico na ampliação e consolidação de seus negócios. Tal como em outros países latino-americanos, as empresas espanholas tiveram destaque no período⁹. Houve,

⁷ Além do Brasil, participam da CPLP: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste.

⁸ Segundo dados do IBGE de 2009, menos da metade da população economicamente ativa possuía 11 ou mais anos de estudo (até essa data, o ensino básico obrigatório no país era de 11 anos; atualmente, é de 12 anos). O número médio de anos de estudo das pessoas com 25 a 64 anos era de apenas 7,7 anos.

⁹ Santillana, SM e Planeta estão entre os exemplos mais importantes. O primeiro comprou editoras nacionais (Moderna e Objetiva), o segundo abriu sua própria sucursal no país, e o terceiro combinou as duas estratégias. Outras empresas estrangeiras atuantes no país: Pearson (presente tanto com marca própria como em participação acionária da Penguin na prestigiosa Companhia das Letras), McGraw-Hill, Cengage Learning, ReedElsevier, LeYa etc.

igualmente, um processo de concentração capitaneado por editoras brasileiras que, mais capitalizadas, passaram a adquirir participação em outras, formando grupos editoriais¹⁰.

É nesse contexto de concentração e internacionalização que surge, em 2001, a Liga Brasileira de Editoras. No novo estatuto da entidade, assinado em 2008, ela declara ser “uma associação de interesse público, sem fins lucrativos, filiação político-partidária, livre e independente de órgãos públicos e governamentais”, que “trabalha cooperativamente pelo fortalecimento de seus negócios, do mercado editorial brasileiro e da bibliodiversidade” (art. 1º). Atualmente ela é formada por 99 editoras – das quais 40 em São Paulo e 39 no Rio de Janeiro, os dois maiores polos econômicos e editoriais do país –, cujas linhas editoriais variam consideravelmente: do pensamento de esquerda (Boitempo, Perseu Abramo) aos livros de arte (Cosac Naify, Pinakotheke); do romance estrangeiro (34, Estação Liberdade) à poesia nacional (7Letras, Ibis Libris); dos infantis e juvenis (Brinque-Book, Cuca Fresca) aos livros feministas e para lésbicas (Mulheres, Brejeira Malagueta); dos livros de partituras musicais (Jobim Music) aos audiolivros (Livro Falante).

Em seu estatuto, a Libre trata de definir “editor independente” como aquele “não ligado a grandes corporações” e explicita seus objetivos (que, em geral, não diferem muito dos da Câmara Brasileira do Livro e do governo federal). Entretanto, é num documento de 2010 que a entidade demarca uma posição mais nítida perante o campo: a *Carta aberta aos futuros Deputados, Senadores, Governadores. E ao futuro Presidente da República*. Logo no início, o texto faz uníssono com os autores mencionados no tópico anterior:

O mercado do livro passa no momento por uma profunda transformação, impulsionado pelo próprio movimento do capital, mas também pelas novas tecnologias, que ameaça essa Bibliodiversidade. Por isso, acreditamos que, num país cada vez mais educado e com novos potenciais de desenvolvimento, é nosso dever apontar caminhos a trilhar para a manutenção, a sobrevivência e, especialmente, a democratização do conhecimento e da arte que dependem dessa Bibliodiversidade.

Se para os grandes grupos editoriais o aumento da escolarização e as perspectivas de desenvolvimento são oportunidades para conquistar novos mercados – por meio de novos projetos, aquisições e fusões –, para a Libre trata-se de oportunidade histórica em favor da democratização da leitura. Adiante, complementa: “[A cadeia do livro] é uma cadeia complexa e desigual, em que pequenos produtores competem inclusive com multinacionais

¹⁰ Cf. exemplos dos grupos Record, Ediouro e Saraiva, das editoras associadas aos grandes grupos de comunicação do país (Abril, Globo, Folha de S.Paulo) e outros.

ligadas a grandes grupos econômicos – que, pelo porte, estrutura e necessidade de altas margens de lucro, pressionam pela pasteurização da cultura”. Aqui, a oposição entre grandes e pequenas, discursivamente construída pela Libre, fica ainda mais evidente.

Na sequência, a carta declara quais providências concretas ela espera dos novos governantes eleitos: medidas que fortaleçam pequenas editoras e pequenas livrarias (cotas mínimas nas compras governamentais de livros, linhas de crédito especiais, isenção de alguns impostos); preço único do livro e desconto justo em todos os níveis da cadeia; permissão ao consumo de livros com o vale-cultura¹¹; controle da reprografia sem criminalizar estudantes; criação e manutenção de bibliotecas públicas e abertura das bibliotecas privadas ao público em geral; limite para atuação de empresas de capital estrangeiro no setor, como já ocorre com a imprensa; tarifas especiais pelos Correios para transporte de livros; criação da Câmara do Livro Digital para discutir e implementar políticas unificadas para o setor.

Como se nota, as reivindicações da Libre pretendem formar um público leitor não somente pela via do consumo de livros (subsidiado ou não), como também pelo acesso gratuito via bibliotecas; defende a promoção da diversidade tanto pelo fomento às pequenas e médias, como também pelo combate à formação de conglomerados e ao ingresso de capitais estrangeiros. Preconiza, sobretudo, presença forte do Estado no mercado editorial, tal como entidades semelhantes nos campos do jornalismo, radiodifusão e publicidade. Nesse sentido, a entidade não só acrescenta ao debate questões desassistidas por outras associações, mas se posiciona abertamente contra interesses das grandes, representados, por exemplo, pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pela Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros)¹².

Tal como a Libre no Brasil, existem mundo afora diversas associações de editores independentes de abrangência regional (estatais, provinciais etc.), nacional e supracional. Embora varie em alguns aspectos o conceito de “editor independente” de caso a caso, todas essas iniciativas apontam para necessidades comuns – necessidades que, em suas representações, convertem-se em virtude¹³. O argumento mais comum entre eles é o de que se faz necessário resistir ao domínio dos grandes conglomerados, dado que estes, menos

¹¹ Ainda em tramitação, o vale-cultura propõe um benefício aos trabalhadores para gastar até 50 reais mensais em cultura.

¹² Embora muitas das editoras da Libre sejam associadas à CBL, vários dos presidentes e diretores dessa entidade já se manifestaram favoráveis ao ingresso de capitais estrangeiros no setor como forma de dinamizá-lo. Quanto à Abrelivros, sua diretoria é basicamente formada pelos gigantes do livro didático, incluindo as de capital aberto (Abril Educação) e estrangeiro (SM, Moderna, MacMillan).

¹³ As expressões “editor independente”, “edição independente” etc. aparecem aqui como categorias nativas; são, portanto, representações do mundo empírico, e não categorias científicas às quais se possa aderir sem riscos conceituais.

preocupados com o valor cultural de seus produtos e mais dedicados a produzir altos retornos financeiros para seus donos ou acionistas, submetem-se a padrões menos exigentes de qualidade e à pasteurização dos conteúdos.

Essa é a tônica da Aliança dos Editores Independentes (AEI), entidade criada em 2002 e sediada na França. Ela reúne editores e associações de editores de dezenas de países, incluindo a Libre, e expõe suas ideias em três documentos: as Declarações de Dacar (2003), Guadalajara (2005) e Paris (2007). Na última, a entidade define o “editor independente” da seguinte maneira:

Um editor independente concebe sua política editorial com total liberdade, de forma autônoma e soberana; não é órgão de expressão de um partido político, de uma instituição, de um grupo de comunicação ou de uma empresa. [...] A ‘financeirização’ do mundo editorial – compra de editoras por parte de atores do mundo empresarial sem relação alguma com a profissão de editor e a instauração de uma política de rentabilidade elevada – implica uma perda de independência e, não raro, uma alteração da linha editorial. (2007, p. 2)¹⁴

O mesmo documento define “bibliodiversidade” como “diversidade cultural aplicada ao mundo do livro”. Para a entidade, os “editores independentes” são “a garantia da pluralidade e da difusão de ideias”, numa situação em que a produção editorial dos grandes grupos de mídia enfrenta limitações temáticas, estéticas, ideológicas. Neste e nos outros dois manifestos, a entidade subscreve o lema “para uma outra globalização” e expõe uma gama de outros valores: solidariedade e justiça social; combate à discriminação; espírito associativo; democratização do livro; solidariedade com os países onde a liberdade de expressão é cerceada. A entidade diz agir contra a mercantilização da cultura e a uniformização dos conteúdos; reforçar as produções locais; exercer influência sobre negociações internacionais e políticas do livro e da leitura; proteger a diversidade linguística; lutar em favor dos livreiros independentes; combater a censura direta, a censura indireta e a autocensura (cf. ALIANÇA..., 2005; 2007; 2003).

A AEI afirma-se como entidade legítima para representar os editores independentes perante os governos e os organismos internacionais, de modo a influir nos rumos das políticas para o livro e a leitura. É necessário ressaltar, contudo, uma especificidade

¹⁴ Os critérios para definir o “editor independente” não são consensuais, e há diferenças entre as afiliadas à AEI. Basta lembrar que para a Libre, tal definição se dá basicamente em relação aos grandes conglomerados, e que entre seus associados figuram a Editora da Fundação Perseu Abramo, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e a Edições Casa de Rui Barbosa, parte de um organismo do governo federal. Ou seja, tais casos não se enquadrariam na definição da AEI.

fundamental de sua atuação com relação aos autores já citados e com a Libre: a defesa incondicional da liberdade de expressão tendo em vista não somente a “autocensura” e a “censura de mercado”, vigentes nos Estados democráticos, como também a censura oficial de governos ditatoriais. Preconiza, além disso, que todos trabalhem para promover a circulação de ideias pelo mundo, incentivando traduções entre línguas não hegemônicas (de modo a fazer frente à dominação anglófona) e coedições solidárias e cessão de direitos entre editoras, de modo a permitir a publicação em países em desenvolvimento – a isso chamam “livro solidário”.

A entidade defende que o livro deva ser um bem público e enfatiza o papel dos Estados soberanos em sua proteção e promoção. Mais que isso, entende ser fundamental a formulação de políticas fiscais, culturais e educacionais que coloquem os editores independentes como atores centrais na difusão de ideias. Por outro lado, enfatizam a necessidade de que todos os atores da cadeia do livro, bem como os mecenas e os organismos internacionais, trabalhem juntos pelos ideais expressos nessa Declaração.

Como se vê, trata-se de uma agenda ampla, idealista, ousada em muitos aspectos. Porém, o que na Declaração de Paris parece ser um conjunto de grandes pretensões utópicas ganha alguma concreção num documento chamado *Perspectivas da Aliança para 2010-2011*. Aqui, além de mencionar diversos dos objetivos já expressos nas “declarações”, a entidade dá exemplos de como isso poderia ser realizado. Por exemplo: como forma de concretizar o apoio a editores de línguas isoladas, ou que atuem em contextos de grande dificuldade, o documento propõe a criação de uma rede de língua persa dentro da própria Aliança, com o reforço dos editores iranianos da diáspora. Propõe, ainda, a criação de um observatório da bibliodiversidade e da censura, de modo a monitorar a situação dos diferentes países e regiões, criando uma base de dados para alimentar o debate público e pressionar governos e organismos internacionais.

De modo geral, o que se percebe é que os objetivos e as estratégias anunciadas pela Aliança dos Editores Independentes está em consonância com a *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005), da Unesco – organismo que patrocinou o encontro que resultou na Declaração de Paris –, incorporando inclusive valores não diretamente ligados à ideia de diversidade e liberdade de expressão (por exemplo, o respeito ao meio ambiente e a adoção de boas práticas corporativas). Tanto nos documentos da Libre como nos da AEI, a ênfase recai sobre a influência direta nas instâncias políticas relacionadas à educação e à cultura, seja em nível governamental (caso

da Libre, que busca interface direta com o governo federal brasileiro), seja em nível intergovernamental (caso da AEI, que adere às pretensões da Unesco).

Considerações finais

Buscamos, com esta análise, mostrar o desenvolvimento de certo conjunto de argumentos, provindos de diversos lugares sociais constituídos, que desembocam naquilo que poderíamos provisoriamente chamar de “ideologia da independência” na edição de livros. Em grande parte, os autores e as entidades abordados exemplificam o que diz Canclini (2008, p. 70):

Nas análises atuais sobre políticas culturais, ainda muitos autores sensíveis à transnacionalização da cultura e sua realocação em processos comunicacionais midiáticos continuam reivindicando o papel do Estado como garantia do interesse público, da pluralidade informativa dentro de cada nação e facilitador de um acesso mais democrático aos bens sociais e culturais. [...] Assim como se argumenta sobre o papel indispensável dos Estados na defesa da biodiversidade e frente às ameaças ecológicas, os estudos recentes sobre a recomposição globalizada das indústrias culturais sustentam que os poderes públicos nacionais – e também regionais, como na União Europeia – têm responsabilidades na promoção da cinediversidade e a bibliodiversidade. Para isso se requerem programas de apoio à produção cultural endógena de cada nação e a proteção da propriedade intelectual, tarefas que continuam sendo da competência dos Estados e dos organismos intergovernamentais.

Por outro lado, há também defesas fortes de soluções em dois outros níveis que não este. Primeiro, o nível das mudanças propriamente corporativas, nas políticas de formação dos catálogos editoriais, contratação de mão de obra, emprego dos recursos etc. Segundo, um nível coletivo, a cooperação entre editores com ideais comuns tendo em vista favorecer suas práticas editoriais e comerciais. Deve-se, contudo, considerar a interdependência entre os três níveis de intervenção propostos nos documentos analisados, na medida em que possuem raios de alcance distintos, mas complementares.

Para compreender os problemas apontados no discurso dos editores independentes e suas pretensões de influir sobre as políticas públicas, faz-se necessário olhar não somente para o *setor* editorial, a *indústria* do livro ou um *mercado* de leituras: nosso enfoque é o *campo* editorial, pensado aqui como lugar de disputas que atravessam e constituem os agentes. Tais disputas não se reduzem à concorrência capitalista – a corrida por leitores, tiragens, lucros – ou à busca de consagração simbólica – aclamação, adesão, repercussão,

prêmios. Trata-se, em vez disso, de buscar nas formas concretas do fazer editorial (os regimes de propriedade, as formas de financiamento, as políticas de formação de catálogo, os esforços de convergência) a imbricação entre essas duas esferas de luta, uma ou outra tornando-se sobressalente, fazendo pender o campo e seus subcampos para cá ou para lá.

De modo complementar, é preciso considerar que as oposições do campo, balizadas por interesses e disputas específicas, exigem descartar o senso comum de que os editores estão plasmados pelo projeto consensual de “país leitor”, calcado em discursos (do Estado, de organismos supraestatais, da sociedade civil e da iniciativa privada) que insistem na necessidade de aumentar os índices de leitura. Esse falso consenso obnubila a multiplicidade de projetos e interesses: para sujeitos e grupos específicos, varia o sentido do que seja o leitor e os meios para se alcançar essa meta. Nesse sentido, interessa compreender como distintos projetos editoriais, convertendo-se em projetos políticos, extrapolam o plano individual de cada editora para culminar em práticas e representações coletivas que estão em oposição direta ou indireta, explícita ou velada. Espera-se que a análise das trajetórias dos editores e o acesso, mediado por entrevistas, a suas experiências nos conduzam, enfim, ao “torvelinho de práticas e investimentos pelos quais os agentes vão buscando encontrar razões capazes de justificar sua existência” (MICELI, 2003, p. 73).

Isso nos levará aos lugares (duplamente institucionais e discursivos) onde essas lutas ocorrem, particularmente quanto ao rumo que se quer dar às políticas públicas do livro: que papel exercem as instâncias governamentais e supragovernamentais na definição de tais políticas? Que pressões elas sofrem da parte das câmaras de comércio, sindicatos e associações de editores, autores e livreiros, agrupamentos pensados aqui como instituições, isto é, instâncias que “definem a configuração dos campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam” (THOMPSON, 1998, p. 21)? Que efeitos as distintas pressões e relações do campo têm no médio e no longo prazo?

A centralidade dada, aqui, aos argumentos em favor da edição independente e de qualidade não pode obscurecer o fato de que também existem e circulam argumentos que exaltam, ou ao menos justificam, os fenômenos de concentração e internacionalização do mercado editorial. Provisório e parcial como não poderia deixar de ser, este texto buscou dar inteligibilidade e visibilidade às práticas e representações convergentes de autores,

editores e instituições que se dizem contrários a certa lógica que se desenvolve no campo¹⁵. Corre-se, com isso, o risco de obscurecer, ou deixar em segundo plano, a diversidade de trajetórias, experiências e convicções que constituem esse conjunto. Esse risco é válido pelo poder de explicar certos processos específicos em detrimento de outros, conquanto se deva, em outros trabalhos, trazer outros prismas para o debate.

Referências

- ALIANÇA dos Editores Independentes. **Declaração Internacional dos Editores Independentes, para Proteção e Promoção da Biodiversidade**. Paris, 2007. Disponível em: <<http://www.alliance-editeurs.org/IMG/pdf/PDFPORTUGAIS.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- _____. **Déclaration des éditeurs indépendants du monde latin**. Guadalajara (México), 2005. Disponível em: <http://www.alliance-editeurs.org/IMG/pdf/decla_fr.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- _____. **Déclaration des éditeurs indépendants et solidaires**. Dakar, 2003. Disponível em: <http://www.alliance-editeurs.org/IMG/pdf/Alliance_-_Declaration_fr.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- _____. **Les perspectives 2010-2011 de l'Alliance**. s.d. Disponível em: <http://www.alliance-editeurs.org/IMG/pdf/Les_perspectives_2010-2011_de_l_Alliance.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- BORGES, Bárbara. **Um novo cenário para o negócio do livro**. São Paulo: Com-Arte, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRAGANÇA, Aníbal F. A. **O eros pedagógico: a função editor e a função autor**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BUENO, Silvia S. ‘En lugar de la Mancha’... Procesos de control de calidad del texto, libros de estilo y políticas editoriales. **Panace@**, v. VI, n. 21-22, p. 355-370, set.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.medtrad.org/panacea/IndiceGeneral/n_21-22_revistilo_SenzBueno.pdf>. Acesso em: 25 maio 2009.
- CANCLINI, Néstor García. A cultura política: entre o mediático e o digital. **MATRIZES**, São Paulo, n. 2 abr. 2008, p. 55-71.
- COLLEU, Gilles. **Editores independentes: da idade da razão à ofensiva?** O editor independente de criação, um ator maior da biodiversidade. Rio de Janeiro: Libre – Liga Brasileira de Editoras, 2007.

¹⁵ Discussão que, aliás, não é exclusiva do campo editorial. A ideia de “independência”, também nos campos do jornalismo, cinema, teatro, artes e música, ecoam certas oposições – discursivamente construídas, é evidente –, entre rentabilidade financeira e experimentação estética; entre a manutenção de alianças políticas, econômicas e religiosas e a autonomia ideológica; entre entretenimento e democratização da cultura; entre interesses privados (ligados ou não ao capital transnacional) e interesse público; entre a gestão da cultura por intelectuais e por agentes do mundo corporativo.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

LIGA Brasileira de Editoras. **Carta aberta aos futuros Deputados, Senadores, Governadores. E ao futuro Presidente da República**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.libre.org.br/institucional_view.asp?ID=87>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. **Novo estatuto da Libre**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://libre.org.br/institucional_view.asp?IDPagina=9>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MATTOSO, Glauco. Editadura: exclusão versus opressão editorial. In: BUSATO, Jonathan et al. (Org.). **A versão do autor**. São Paulo: Com-Arte, 2004. p. 53-60.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social**, abr. 2003, p. 63-79.

MOLLIER, Jean-Yves. A evolução do sistema editorial francês desde a enciclopédia de Diderot. **LIVRO: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição**, n.1, maio 2011, p. 61-74.

MUNIZ JR., José de Souza. **O trabalho com o texto na produção de livros**: os conflitos da atividade na perspectiva ergodológica. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHIFFRIN, André. **O negócio dos livros**: como as grandes corporações decidem o que você lê. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

Sites consultados

Aliança dos Editores Independentes: www.alliance-editeurs.org

Câmara Brasileira do Livro (CBL): www.cbl.org.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br

Liga Brasileira de Editoras (Libre): www.libre.org.br